



PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos seguintes textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da língua portuguesa sobre o tema **Educação financeira e cidadania nacional**, apresentando experiência ou proposta de ação social, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO 1

Com caráter essencialmente social, o Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), da qual o Ministério da Educação faz parte, promove, em todo o país, a 2ª Semana Nacional de Educação Financeira. O evento teve início na última segunda-feira, 9, e segue até a próxima sexta, 13, com a presença dos ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas.

O principal foco do evento é alcançar aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com renda de um a três salários mínimos, mulheres beneficiárias do Bolsa-Família e usuários de programas sociais. Os temas variam de economia doméstica e finanças pessoais – como usar o cartão de crédito, por exemplo – a empresariais e também do poder público, com lançamentos de programas de educação financeira de várias escolas municipais.

A realização da semana busca estimular o desenvolvimento de iniciativas que contribuam para a promoção de conhecimento e orientação em educação financeira, incluindo iniciativas voluntárias que não fazem parte da agenda oficial.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira>

TEXTO 2

O que é Cidadania Financeira?

É o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros. O desenvolvimento da cidadania financeira se dá por meio de um contexto de inclusão financeira, de educação financeira, de proteção ao consumidor de serviços financeiros e de participação no diálogo sobre o sistema financeiro.

Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>



TEXTO 3

A Constituição da República elegeu como fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III), e como um dos seus objetivos a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art.

3º, IV). Garante o direito à igualdade (art. 5º) e trata nos artigos 205 e seguintes do direito de TODOS à educação. Esse direito deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Nesse contexto, a educação recebeu tratamento de destaque, como instrumento indispensável para a formação plena da pessoa humana.

Disponível em:
https://www.cnmmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Acessibilidade/Guia_Orientacao_Educa%C3%A7aoInclusiva_2014_EGonzaga-1_Atualizado_26_03_14.pdf

TEXTO 4



Disponível em: <http://jornalismo.iesb.br/destaque2/pesquisa-mostra-que-775-das-familias-brasileiras-estao-endividadas/>

TEXTO 3

‘É preciso entender que educação financeira é cidadania’

O economista Fabio Giambiagi disponibiliza simuladores gratuitamente para conscientizar as pessoas sobre a necessidade de poupar.

Em primeiro lugar, uma constatação: economizar é difícil. Para a grande maioria, o que se ganha não chega ao fim do mês e a situação é ainda mais precária para a legião sem emprego formal. No entanto, há pessoas humildes que conseguem construir um patrimônio e gente abastada que perde tudo o que tem, lembra o economista Fabio Giambiagi, especialista em finanças públicas e previdência social, com quem conversei no XVI Fórum da Longevidade Bradesco Seguros, realizado na semana passada. Ele defende que a educação financeira deveria estar presente nas escolas desde o Ensino Fundamental para sepultar, de vez, a crença de que, sem uma poupança construída ao longo dos anos, será possível manter o padrão de vida de antes da aposentadoria. Trocando em miúdos: não vai ser fácil fazer uns bicos para complementar o orçamento.

Para ilustrar seu argumento, [o economista] explica que, no ano de 2000, 30,2% da população tinham entre 0 e 14 anos; 61,3% estavam na faixa entre 15 e 59 anos; e apenas 8,5% acima dos 60. Em 2040, o quadro terá outro perfil: serão 16,8% entre 0 e 14 anos; 59,7% entre 15 e 59; e 23,5% acima dos 60. Giambiagi avalia que a criação do MEI, a figura do microempreendedor individual, acabou sendo uma solução imediatista, cujo objetivo de estimular a formação de uma poupança ao longo da vida não foi alcançado.

Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/blog/longevidade-modo-de-usar/post/2023/10/10/e-preciso-entender-que-educacao-financeira-e-cidadania.ghtml>